

ESPECIAL

Armas carregadas: delegados escritores

Margareth Zanardini

Concorridíssimo o lançamento do livro "Nove armas para a polícia", dia 24 último. É o conjunto de nove monografias apresentadas no Curso de Especialização em Ciências Penais da Universidade Federal do Paraná, 1989.

O curso, coordenado por Jacinto Nelson de Miranda Coutinho (do qual participamos este ano, como estudante) tem reunido, ano a ano, profissionais de várias áreas jurídicas, eis que dirigido a magistrados, promotores de Justiça, advogados, defensores e servidores públicos, delegados de polícia.

Observando delegados de polícia empunharem canetas e máquinas de escrever para publicarem um livro lembramos algumas observações de criminalistas.

Virgílio Donnici, n. "A criminologia da administração da Justiça", Forense, 1976, afirmava "serem poucas as pessoas ou estudiosos interessados em pesquisar a polícia e o policial, (...) existindo sempre críticas, ora justas ora injustas". Propugnava ele a necessidade de o policial "ao menos uma vez por ano fosse submetido a estudos de atualização, especialmente sobre o chamado "poder de polícia".

Mais recentemente, Nilo Batista, em "Polícia, guardiã da sociedade ou parceira do crime?", Forense, 1990, analisando a polícia brasileira com a qual "tem-se que contar como primeiro instrumento de combate ao crime, dentro de uma atuação somente repressiva", também observa não haver

estudos sobre ela. Segundo ele, esta inexistência se deve ao fato de a polícia "não admitir ser pesquisada, nem debater seus problemas com especialistas", sentindo-se a instituição injustiçada pelos conceitos e preconceitos em especial da imprensa.

Mostra patente de que a imagem da polícia perante a população é negativa. Lamentável quando se sabe que sua função é prevenir e investigar crimes e manter a ordem.

Contudo, também é de Nilo Batista a oportuna conclusão:

"Entre as instituições da área da Justiça e segurança pública, a polícia é uma espécie de "gata borralheira", jamais convidada para os bailes dos teóricos, mas sempre muito comentada neles..." (Punidos e Mal Pagos, Revan, 1990)

O trabalho destes oito delegados e uma advogada traz a polícia para ciência jurídica.

Na obra, Raimundo Nonato Siqueira e Toleb Baleche Barbosa, narram o *Caso Kaminski* em todos os seus detalhes expondo, inclusive, as opiniões das vítimas que, em certa fase da investigação teriam sido acusadas de terem preparado o assalto. Luiz Fernando Artigas revela: Delegacias de polícia: O inferno penitenciário, alertando às autoridades para a necessidade premente de uma solução célere dos casos de condenados que cumprem pena nestes estabelecimentos.

Newton Tadeu Rocha desenvolveu o tema Estrutura das ca-

deias públicas para perquirir o que é, realmente, a prisão no Brasil, a partir do estudo do estilo arquitetônico das cadeias sugerindo sua mudança. Ézio Vicente da Silva mostra o que sejam 24 horas na Delegacia de Homicídios.

Evidenciado por Adauto Abreu de Oliveira o problema do terrorismo urbano, no trabalho: Força de Elite para situação crítica, enquanto João Ricardo Kepes Noronha ao falar sobre Identificação Criminal, mostra porque no Paraná a resolução 477/83 criada para os que desejavam pedir "Silêncio" acabou por prejudicar os meros suspeitos.

Paulo Ernesto Araújo Cunha a partir da concepção chinesa de harmonia universal traz a monografia: Nada será apenas "yin" ou "yang" na Polícia do Futuro, demonstrando a sapiência do investimento no ser humano ao invés de na estrutura.

A advogada Noely Manfredini d'Almeida apresenta a polícia através da caricatura com a pergunta: Humor na polícia: Existe?

Marco cultural para a instituição porque presentes a autocrítica, o esforço científico e inovadora visão.

Mais do que tentativa de resgate da imagem inculta da polícia, o trabalho é convite permanente para os eventos teórico-científicos nos quais a polícia era "persona non grata". Um não à marginalização cultural.

O problema não está resolvido. Há muito a fazer, mas, a princípio, o alvo foi atingido.